

O que é o PIMESP?

Carlos Vogt

O Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista – PIMESP tem como metas:

1. **Ter pelo menos 50% das vagas das instituições de ensino superior públicas do Estado de São Paulo preenchidas por alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas (EP);**

Tomando como exemplo os dados de 2012, do total de 44.158 vagas de graduação oferecidas pela USP, Unicamp, Unesp, Famerp, Famema e Fatecs, pelo menos 22.079 (50% de 44.158) serão ocupadas por alunos oriundos de EP.

2. **Deste total de vagas, de no mínimo de 50% dos matriculados oriundos da escola pública, pelo menos 35% serão preenchidas por pretos, pardos e indígenas (PPIs), pois é este o percentual que o IBGE aponta para estas etnias no Estado de São Paulo no último Censo realizado (2010).**

No exemplo acima citado, com referência nos dados de 2012, das 22.079 matrículas ocupadas pelas metas (EP), pelo menos 7.728 (35% de 22.079) serão de PPIs.

3. **As metas deverão ser atingidas ao longo de três anos, a partir de 2014, conforme o seguinte cronograma, para EP: 35% no primeiro ano, 43% no segundo ano e 50% (ou seja, a meta final programada) a partir do terceiro ano.**

Com base nos dados de 2012, desta forma, para o primeiro ano de implantação do PIMESP, a meta de 35% corresponde a 15.456 vagas de graduação para alunos oriundos de escolas públicas (ou seja, 35% das 44.158 vagas totais oferecidas). No segundo anos, a meta de 43% corresponderá a 18.988 vagas para EP. A partir do terceiro ano será atingida a meta estabelecida de 50% das vagas totais de graduação para EP, o que equivale a 22.079 vagas, conforme assinalado acima.

Em relação aos PPI, será mantida a proporção de 35% da meta total de EP para todos os anos.

Para o primeiro ano, por exemplo, das 15.456 vagas para EP, 5.410 serão preenchidas por PPIs (ou seja, 35% de 15.456). No segundo ano, serão 6.646 (35% de 18.988) e, a partir do terceiro ano, serão 7.728 vagas para PPIs (35% de 22.079).

4. **As metas serão aplicadas não na média de cada Instituição, mas para todos os seus cursos e em cada turno oferecido.**

Ou seja, as metas valem para cada um dos cursos e turnos, inclusive os mais concorridos. Tomando como exemplo o curso de Medicina da USP em São Paulo, temos o seguinte quadro: do total de 175 alunos ingressantes em 2012, 31 são oriundos de escolas públicas (EP), 20 são pretos, pardos e indígenas (PPI) e 7 são EP+PPI. A meta desejada é de pelo menos 88 alunos egressos de EP (50% do total) e, destes, pelo menos 31 de pretos, pardos e indígenas (35%). Portanto, considerando os dados de 2012, seriam necessários, em três anos, a partir de 2014, mais 57 alunos egressos de escolas públicas (totalizando 88 alunos EP), dos quais 24 pretos, pardos e indígenas (totalizando 31 EP+PPI).

Para o curso de Ciências Médicas, da USP-Ribeirão Preto, do total de 99 alunos ingressantes em 2012, 22 são oriundos de escolas públicas (EP), 10 são PPI, e 4 são EP+PPI. A meta buscada é de 50 alunos egressos de EP (50% do total) e, destes, 17 de PPI (35%). Assim, considerados os dados de 2012, seriam necessários, em três anos, a partir de 2014, mais 28 alunos EP para totalizar os 50 alunos da meta, dos quais 13 EP+PPI para compor os 35% da meta (17 alunos).

Outro exemplo: para o curso de Física Médica, também da USP de Ribeirão Preto, do total de 40 alunos ingressantes em 2012, 11 são oriundos de escolas públicas (EP), 4 são PPI, e 2 são EP+PPI. A meta, no caso, é de 20 alunos EP (50% do total de ingressantes) e, destes, 7 de PPI (35%). Tendo em vista os dados de 2012, seriam necessários, em três anos, a partir de 2014, mais 9 alunos EP para atingir a meta de 20 alunos, dos quais 5 EP+PPI para chegar aos 35%, também estipulados como parte da meta.

No caso do curso de Medicina da Unicamp, por exemplo, segundo os dados de 2012, do total de 110 alunos ingressantes, 13 são oriundos de escolas públicas, 14 são pretos, pardos e indígenas e 3 são EP+PPI. Novamente, para atingir a meta de 55 alunos oriundos de EP (ou seja, 50% do total) e, destes, 19 PPIs (35%), faltariam 42 alunos egressos de escolas públicas, dos quais 16 deveriam ser PPIs.

Considerando, por exemplo, o curso de Engenharia Química/Metalúrgica/de Materiais/e de Minas, da USP-São Paulo, o quadro seria o seguinte: do total de 110 alunos ingressantes em 2012, 19 são oriundos de escolas públicas (EP), 13 são pretos, pardos ou indígenas (PPI), e 5 são EP+PPI. A meta a ser alcançada, no caso, é de pelo menos 55 alunos egressos de EP (50% de 110) e, destes, ao menos 19 de PPI (35%). Desse modo, levando-se em conta os dados de 2012, seriam necessários, em três anos, a partir de 2014, mais 36 alunos de egressos de escolas públicas (totalizando 55 alunos EP), dos quais 14 pretos, pardos ou indígenas (totalizando 19 EP+PPI).

Por que o projeto do PIMESP traz metas, e não cotas?

Ao contrário das cotas, que significam reserva de vagas pré-determinadas, as metas indicam o número mínimo de vagas que devem ser preenchidas por estudantes oriundos de escolas públicas (EP) e por pretos, pardos e indígenas (PPI), podendo ser inclusive ultrapassadas no período planejado.

Como esses percentuais serão atingidos?

Deve-se, inicialmente, levar em conta que as instituições públicas paulistas de ensino superior já desenvolvem diferentes programas de inclusão, que têm possibilitado o ingresso de um número crescente de egressos de escolas públicas (EP) e de pretos, pardos ou indígenas (PPI). Entre eles estão os cursinhos pré-vestibulares da Unesp, o Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS) e o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) da Unicamp, o Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp) e o Sistema de Pontuação Acrescida das Fatecs.

Segundo dados das universidades públicas estaduais e das Fatecs para 2012, por exemplo, das 44.158 vagas oferecidas, 23.875 foram ocupadas por egressos de escolas públicas (ou seja, mais da metade na média geral) e 8.552 por alunos que se declararam pretos, pardos ou indígenas. Na interseção entre os dois grupos, 6.395 vagas foram ocupadas por EP+PPI.

No geral, considerando a média das vagas ocupadas por alunos oriundos de escolas públicas nas universidades e Fatecs em 2012, a meta de 50% de egressos de EP no ensino superior público paulista já teria sido atingida. Entretanto, nos cursos mais concorridos, não é isso o que acontece e, por esse motivo, o programa paulista tem ainda maior relevância: vai equalizar em pelo menos 50% as matrículas de egressos do ensino médio público (e destes, 35% de PPI), em todos os cursos e turnos.

Dessa forma, para que essas metas sejam atingidas, de acordo com os dados das Universidades e Fatecs para 2012, são necessários mais 4.520 alunos egressos de escola pública matriculados nos diferentes cursos e turnos que não atingem esse valor de 50%, como se propõe no PIMESP. E, para que dos 50% de alunos oriundos de escolas públicas, 35% sejam PPI, é necessário que, destes 4.520 alunos, 2.543 sejam pretos, pardos e indígenas (EP+PPI).

As metas propostas no PIMESP são escalonadas em três anos a partir de 2014, sendo aplicada a meta de 35% para estudantes oriundos de escolas públicas no primeiro ano e de 43% no segundo, chegando ao cenário proposto de 50% de egressos de EP no terceiro ano. A cada ano será mantido o percentual de 35% da meta para PPIs.

As metas serão atendidas tanto com os esforços de inclusão atualmente empreendidos pelas universidades quanto de outros que poderão vir a ser implementados (através dos chamados “planos institucionais de recrutamento de estudantes capacitados”), bem como pelo Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES).

O que é o Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES) e o que serão os cursos sequenciais de dois anos?

A proposta de implantação do Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES), pela Univesp, em parceria com a USP, a Unicamp, a Unesp e o Centro Paula Souza, além de auxiliar no cumprimento das metas estabelecidas no projeto do PIMESP, traz o princípio de criação de uma nova modalidade de oferta de ensino superior público gratuito no Estado de São Paulo, que virá contribuir para aumentar a oferta de vagas no sistema, agregando aos bacharelados tradicionais e tecnológicos, uma modalidade de ensino que alia a formação básica ampla e geral ao encaminhamento da formação profissional dos jovens estudantes.

Trata-se de um curso de tipo sequencial, com duração de dois anos, voltado para o desenvolvimento de estudos gerais de nível superior, a ser oferecido de forma semi-presencial, com uma distribuição das atividades didáticas meio a meio: 50% presencial, 50% a distância. Como curso de formação geral, visa à formação superior para a vida moderna e à formação para funções profissionais que, embora regulamentadas no mercado de trabalho, nem sempre são contempladas pelos cursos tradicionais de graduação. O objetivo é ampliar a formação cultural dos estudantes, possibilitando, além da sua capacitação, a plena inserção na sociedade contemporânea. A seleção dos alunos se dará através das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Espera-se que, a partir do terceiro ano de implementação do PIMESP, pelo menos 60% das vagas estabelecidas nas metas sejam atendidas com os esforços empreendidos pelas universidades, pelas Fatecs e pela Univesp, e os outros 40% através do ICES. Considerando as 4.520 vagas para alunos oriundos de escolas públicas contempladas nas metas do PIMESP (de acordo com os dados de 2012), as 2.000 (duas mil) vagas que serão oferecidas no ICES ultrapassam os 40% previstos.

Essa nova modalidade de curso superior de dois anos dará a garantia de vaga num curso de graduação no ensino superior público estadual, sem a necessidade de vestibular, aos egressos do ICES. Os concluintes do primeiro ano do curso sequencial oferecido pelo ICES com aproveitamento superior a 70% terão ingresso garantido em cursos das Fatecs, com escolha da vaga por desempenho no curso. Os concluintes do segundo ano do curso, por sua vez, também com aproveitamento superior a 70%, terão ingresso garantido em cursos das universidades estaduais e Fatecs, com escolha da vaga por desempenho no curso.

Aos demais egressos, haverá um saldo de dois anos a mais de escolarização, que seguramente os fará mais capacitados e competitivos no mercado de trabalho ou para o ingresso em outras instituições de nível superior (inclusive públicas). Nada impede que, por exemplo, ao longo do desenvolvimento do curso sequencial proposto, o estudante se submeta aos processos seletivos de ingresso das instituições e consiga, com isso, entrar no curso de graduação pretendido.

Os estudantes que fizerem parte do PIMESP terão algum tipo de ajuda financeira?

Para o pleno funcionamento do PIMESP, será criado um fundo especial para apoio à inclusão, na forma de uma bolsa-manutenção no valor de meio salário-mínimo concedida aos alunos com renda familiar inferior a 1,5 salários mínimos, para suprir necessidades com transporte e alimentação - o que garante mais do que a inclusão, mas a manutenção

do incluído na vida acadêmica, seja no curso sequencial para a formação geral, seja na graduação.

Quais as principais diferenças do PIMESP em relação a outras iniciativas do gênero?

O projeto do PIMESP apresenta vantagens em relação a outras iniciativas do gênero, primeiramente, por não impor a reserva de um número restrito de vagas (cotas), mas trazer metas a serem atingidas – e que poderão, dessa forma, ser inclusive superadas em cada período proposto.

O grande diferencial do PIMESP é a criação do Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES) com oferta do curso superior sequencial. Este curso possibilitará uma formação em nível superior para um grande número de egressos das escolas públicas, inaugurando uma nova modalidade no ensino superior público paulista visando à formação geral para a sociedade contemporânea, como acontece em muitos dos países desenvolvidos. Além disso, o curso oferecido pelo ICES também contribuirá para o cumprimento das metas propostas pelo PIMESP para o ingresso nas universidades públicas paulistas e no Centro Paula Souza dos alunos que se destacarem em mérito e queiram dar seguimento aos seus estudos, contribuindo fortemente, ainda, para as condições acadêmicas de sua permanência na universidade.

Quais são os próximos passos?

O projeto do PIMESP, elaborado no âmbito do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) pelos dirigentes das instituições, a superintendência do Centro Paula Souza e a presidência da Univesp, tem o aval do Governador do Estado, principalmente no que se refere à criação do fundo especial para apoio à inclusão. O projeto está sendo discutido internamente nas Universidades e Fatecs, e somente entrará em vigor se for aprovado nos respectivos conselhos, respeitando, dessa forma, a plena autonomia universitária vigente em nosso estado desde 1989. Contando que as aprovações aconteçam até o meio deste ano, as devidas providências poderão ser tomadas em tempo hábil para que o PIMESP entre em vigor já em 2014.

Considerações

Entre os que querem mais e os que querem menos está o PIMESP, isto é, na confluência da tensão de desejos opostos e forças contrárias, que produzem a mesma negação, como resultado, contudo, de objetivos diferentes. Os que querem menos tendem a defender a manutenção do *status quo*, recusando considerar qualquer tipo de proposta que objetive programas de inclusão social, mesmo com características fortes de defesa do mérito e da qualidade do ensino, como é o caso do que propõe o PIMESP. Os que querem mais almejam um programa que reserva vagas nas universidades e ponto final.

A proposta do PIMESP, nascida e formulada por iniciativa dos reitores das universidades estaduais públicas paulistas, da superintendência do Centro Paula Souza e da presidência da Univesp, procura harmonizar uma resposta positiva do sistema de ensino superior público às demandas socioéticas do Estado, com a garantia da oferta de

qualidade dos cursos para o processo de inclusão que ele contempla, com resultados quantitativos no mínimo iguais, se não maiores, aos de outras iniciativas do gênero no país.

Em termos qualitativos, o projeto se destaca por garantir a distribuição das vagas ocupadas pelas metas por todos os cursos e turnos e, ainda, por trazer na proposta do Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES), o princípio de criação de uma nova modalidade de oferta de ensino superior público gratuito no Estado de São Paulo, que virá contribuir para aumentar a oferta de vagas no sistema, agregando aos bacharelados tradicionais e tecnológicos, uma modalidade de ensino que alia formação básica ao encaminhamento cultural e profissional dos jovens estudantes.